



Boletim Informativo dos Núcleos

Junho/2023



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

3 NUDECA

8 NUDECONTU

14 NUDEPID

20 NUDDS

23 NUDEFAM

26 NUDEM

NUDECA

ATUAÇÃO DO NÚCLEO



Aconteceu na Assembleia Legislativa gaúcha, no dia 05 de junho, o seminário: “Educação Infantil: Direito da Criança, Autonomia da Mulher, Segurança para a Família” que contou com a explanação da Defensora Pública dirigente do NUDECA, Andreia Paz Rodrigues. O seminário integrou as atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar pela Garantia de Vaga nas Creches, instalada em abril de 2023.



A Defensoria Pública realizou Mutirão de Atendimentos com a participação dos Núcleos de Defesa da Criança e do Adolescente (NUDECA) e de Defesa da Pessoa Idosa (NUDEPID) no CRAS Leste 1, bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, no último dia 29. Entre os atendimentos mais procurados estavam os pedidos de vaga em creche, alimentos e direitos da pessoa idosa.

JURISPRUDÊNCIA

Em decisão no julgamento do Habeas Corpus nº 769197-RJ, o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, firmou entendimento que o **interrogatório do adolescente deve encerrar a instrução processual**, antes do julgamento da representação, tratando-se de posição que melhor coaduna com o devido processo legal.

Leia +

NOTÍCIAS RECENTES

Em Erechim, criança diagnosticada com TEA e sua mãe têm direito à moradia garantido após atuação da Defensoria Pública

Uma mulher desempregada e seu filho de quatro anos, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tiveram seu direito à moradia garantidos após ação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS). Isso porque o Tribunal de Justiça negou o recurso do Município, mantendo a decisão em primeira instância, favorável à família.

Leia +

Após ter pedido negado pelo plano de saúde, Defensoria Pública garante tratamento multidisciplinar para criança com autismo

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul garantiu o fornecimento de tratamento multidisciplinar para um menino, morador de Canoas, que possui transtorno do espectro autista.

A genitora buscou a Defensoria pois a criança, conforme laudos médicos, necessita de acompanhamento multidisciplinar, realizando consultas periódicas com fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, musicoterapeuta e intervenção comportamental de forma contínua e por tempo indeterminado, para o tratamento de sua moléstia.

Leia +

Entregas voluntárias de bebês para adoção cresceram 93% entre 2020 e 2022 no RS

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta que houve aumento de 93% nas entregas voluntárias de bebês até um ano de idade para adoção no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022. De acordo com o CNJ, em 2020, foram entregues 28

bebês para adoção no RS. Em 2021, foram 25. Já em 2022, foram registradas 54 entregas voluntárias. Somente de janeiro a maio deste ano, foram registrados 17 casos.

Leia +

População de adolescentes cumprindo medida na Fase despenca quase 70% no RS

Dados apontam que de 2019 a 2023, a população de adolescentes na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) do Rio Grande do Sul despencau 69%. Em maio de 2019, eram 1.252 adolescentes cumprindo medida socioeducativa em unidades da Capital e do Interior, enquanto em 2023 são 385. Em Porto Alegre, a redução representa 78%.

A diminuição é uma tendência percebida em outras partes do país, que levou inclusive o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a lançar edital para contratar pesquisas que contemplem a matéria.

Leia +

Efeitos da pandemia em jovens não foram enfrentados adequadamente, aponta estudo

Estudo desenvolvido em parceria com universidades do Brasil, do Reino Unido e da África do Sul, apontou que crianças e jovens não tiveram acesso a ações específicas e bem estruturada que mitigassem os efeitos da pandemia de Covid-19, em que pese em não fossem do grupo de maior risco para casos graves da doença, a crise sanitária trouxe diferentes efeitos para os mais jovens. Na educação muitas crianças tiveram problemas para continuar os estudos por conta das escolas que fecharam, acentuando-se entre as crianças mais vulneráveis por quase não terem acesso à internet e à tecnologia.

Leia +

Senado aprova desenho de girassol como símbolo de pessoa com deficiência oculta

O Plenário do Senado Federal aprovou o projeto de lei 5.486/2020, que formaliza o uso da fita com desenhos de girassóis como símbolo de identificação das pessoas com deficiências ocultas.

As deficiências ocultas são aquelas que podem não ser percebidas de imediato, como por exemplo a surdez, o autismo e deficiências cognitivas, entre outras. A fita com desenhos de girassóis já é usada como símbolo para deficiências ocultas em vários países e em alguns municípios brasileiros, como Porto Alegre. A matéria segue para sanção presidencial.

Leia +

Comissão de Direitos Humanos aprova regras de proteção a crianças e adolescentes em ambientes digitais

A Comissão de Direitos Humanos aprovou, no dia 14/06/2023, o Projeto de Lei nº 2628/2022 com regras para proteção de crianças e adolescentes em ambientes virtuais. Entre as propostas está a proibição de criação de contas em redes sociais por menores de 12 anos e de publicidade digital voltada para crianças que valerão para aplicativos, plataformas, produtos e serviços digitais.

Leia +

Senador propõe prazo máximo de 18 meses para conclusão de processos de adoção

O senador Carlos Viana apresentou projeto de lei que estabelece o prazo máximo de 18 meses para a conclusão da adoção, contados a partir do início do estágio de convivência. O texto, se aprovado, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dar celeridade aos processos de adoção de crianças e adolescentes no país.

Leia +

Aprovado projeto que institui em agosto o Mês da Primeira Infância

O Senado aprovou, em 14 de junho, projeto de lei pelo qual o Mês da Primeira Infância será comemorado em agosto. Nesse período, tanto o Senado quanto a Câmara deverão priorizar a votação de projetos que beneficiam as crianças dessa faixa etária, que vai da gestação até os seis anos de idade.

Leia +

Autoridade Nacional de Proteção de Dados divulga enunciado sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes

O enunciado divulgado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), no dia 24/05/2023, pretende estabelecer interpretação padronizada sobre a aplicação de hipóteses legais no tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes dentro das possibilidades interpretativas do artigo 14 da LGPD.

Leia +

Pós-adoção e direito à origem estiveram na pauta da 24ª Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional

No dia 16 de junho, os Coordenadores e representantes das Comissões Estaduais de Adoção Internacional dos Tribunais de Justiça de todo país trataram dos temas pós-adoção e direito à origem.

Foi salientado a importância de se manter relatórios qualificados para manter o status do Brasil perante organismos internacionais, a importância do acompanhamento pós-adoativo de forma técnica e de qualidade, como também orientações sobre emissão de certidão após a busca pela família biológica, alertando que o envio de informações sobre o andamento das buscas pode ser repassado de forma simultânea à Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) não apenas na conclusão do trabalho.

Leia +

NUDECONTU

JURISPRUDÊNCIA

Julgado destaque do STJ – Informativo nº 777, de 6 de junho de 2023

RECURSO ESPECIAL

Incidente de descon sideração da personalidade jurídica. Relação de consumo. Art. 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor. Teoria Menor. Sócio. Atos de gestão. Prática. Comprovação.

Processo: REsp 1.900.843-DF, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino (in memorian), Rel. para acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por maioria julgado em 23/5/2023, DJe 30/5/2023.

Desta que

A despeito de não se exigir prova de abuso ou fraude para aplicação da Teoria Menor da descon sideração da personalidade jurídica, não é possível a responsabilização pessoal de sócio que não desempenhe atos de gestão, ressalvada a prova de que contribuiu, ao menos culposamente, para a prática de atos de administração.

Leia +

NOTÍCIAS RECENTES

Governo aumenta mínimo existencial de R\$ 303 para R\$ 600

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumentou o valor do mínimo existencial de R\$ 303 para R\$ 600, que é a fatia de renda do cidadão que não pode ser cobrada no crédito consignado ou bloqueada pelas instituições financeiras. A iniciativa busca proteger os consumidores que enfrentam casos de superendividamento e corresponde ao valor necessário para o pagamento de despesas básicas, como água e luz.

Leia +

Idoso será ressarcido após plano de saúde cobrar aumento abusivo

Um idoso, que pedia a revisão dos valores do seu plano de saúde após aumento abusivo, obteve decisão favorável da 5ª câmara Cível do TJ/RS. O acórdão declarou a nulidade do reajuste praticado, determinando o recálculo da mensalidade, bem como restituição de valores pagos a mais.

Leia +

Aneel aprova reajuste nas tarifas da RGE Sul; aumento médio para residências será de 3,72%

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou na manhã desta terça-feira (13), um reajuste médio de 1,10% nas tarifas da RGE Sul, distribuidora que atua em 381 municípios do Rio Grande do Sul. Os novos valores entram em vigor a partir de 19 de junho. Para os consumidores atendidos em alta tensão, como as indústrias, a tarifa terá uma redução média de 3,99%. Já para os conectados em baixa tensão, grupo que inclui os residenciais, o aumento médio será de 3,72%.

[Leia +](#)

MP do Minha Casa, Minha Vida segue para sanção

O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (13) a Medida Provisória (MP) 1.162/2023, que retoma o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/2023 e relatada pelo senador Efraim Filho (União-PB), a MP segue agora para a sanção da Presidência da República.

[Leia +](#)

Senado aprova medida provisória que recriou o Programa Bolsa Família

O Senado aprovou a medida provisória que retoma o programa Bolsa Família e extingue o Auxílio Brasil. O valor mínimo de R\$ 600 por família fica garantido e, de imediato, aquela com crianças de zero a seis anos receberá mais R\$ 150 por criança. Esse adicional, chamado Benefício Primeira Infância, é o único valor de vigência imediata, que pode ser pago desde a edição da MP, em 2 de março. O relatório incorpora ainda a medida provisória que concedeu um complemento aos beneficiários do programa Auxílio Gás dos Brasileiros. O texto segue agora para sanção presidencial.

[Leia +](#)

Construtora terá que indenizar cliente por propaganda enganosa. Empresa entregou à compradora imóvel menor do que o anunciado

A 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) modificou sentença da Comarca de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, e condenou uma construtora a indenizar uma compradora por ter entregado um imóvel menor do que o anunciado em material de publicidade. A empresa terá que pagar à consumidora a diferença entre a metragem real do imóvel e a veiculada em propaganda, valor que será calculado em liquidação de sentença, além de indenizá-la em R\$ 5 mil por danos morais.

[Leia +](#)

Extrapolar limite de decibéis faz boate pagar R\$ 50 mil por danos morais coletivos

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina condenou uma casa noturna de Maravilha a pagar R\$ 50 mil a título de dano moral coletivo, por causa do som alto e perturbação do sossego no entorno do estabelecimento. A decisão é da 4ª Câmara de Direito Público do TJ, ao dar provimento a recurso interposto pelo Ministério Público (MP).

Leia +

Procon de SC instaura processo e emite decisão cautelar contra empresa de streaming por descumprimento de contrato

O Órgão de Defesa do Consumidor de Santa Catarina abriu um processo administrativo cautelar a fim de apurar as mudanças contratuais da empresa Netflix. Na segunda-feira, 6, o Procon/SC, após a constatação de que não foram encaminhadas as respostas solicitadas, a Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor passou o dia estudando quais os mecanismos acionariam para proteger os interesses dos consumidores catarinenses. Assim, foi instaurado o procedimento cautelaratório contra a empresa por conta do descumprimento da oferta e a cobrança adicional para o compartilhamento de senhas, no valor de R\$ 12,90 (doze reais e noventa centavos) por usuário.

Leia +

Bancos estão mudando datas de fechamento das faturas dos cartões? Entenda

Bancos do país estão mudando as datas de fechamento da fatura dos cartões de crédito, informou o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). Segundo a ONG, foram registradas reclamações de clientes sobre alterações sem comunicação prévia das instituições.

Leia +

Golpe com Inteligência Artificial: bandidos usam tecnologia para enganar vítimas

Agora há um novo tipo de golpe na praça, utilizando inteligência artificial. Os golpistas, acessando vídeos e publicações nas redes sociais, pegar o áudio do telefone e, a partir disso, simular a voz de pessoas para conseguir fazer transferências fraudulentas.

Leia +

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Lei 14.601, de 19 de junho de 2023

Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

[Leia +](#)

MP 1.176, de 05 de junho de 2023

Institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

[Leia +](#)

Decreto nº 11.566, de 16 de junho de 2023

Regulamenta a Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, para disciplinar a gestão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e a administração de seus pagamentos.

[Leia +](#)

Decreto nº 11.567, de 19 de junho de 2023

Altera o Decreto nº 11.150, de 26 de julho de 2022, que regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, nos termos do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e dispõe sobre os mutirões para a repactuação de dívidas para a prevenção e o tratamento do superendividamento por dívidas de consumo.

[Leia +](#)

ATUAÇÃO DO NÚCLEO



O Dirigente do Núcleo do Consumidor e Tutelas Coletivas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), Defensor Público Rafael Pedro Magagnin, concedeu entrevista ao repórter Giovani Grizotti, sobre a suspeita de desvio de recursos públicos em serviços para reabilitação auditiva, em Bagé. O NUDECONTU realizará um mutirão de atendimentos para garantir que os pacientes recebam as próteses. A matéria foi veiculada no Jornal do Almoço e no RBS Notícias, no dia 02/06/2023. Faça o seu cadastro na conta do G1 e confira a íntegra em [Jornal do Almoço](#) e [RBS Notícias](#).

Mutirão em Santa Maria conta com a participação do NUDECONTU

Nos dias 14 e 15 de junho, a DPE/RS realizou atendimentos e prestou orientação jurídica na praça Saldanha Marinho, em Santa Maria. Na ocasião, a população local demandou atendimento em diversos assuntos, dentre eles direitos dos consumidores.

Leia +



Alunos negros são contemplados com bolsas de estudo, após acordo entre Defensoria Pública e Vector Segurança., empresa envolvida na morte de João Alberto, homem negro, nas dependências de uma unidade do Carrefour, em Porto Alegre



participaram de uma reunião para receberem orientações.

O dirigente do Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas (NUDECONTU) foi o responsável pela perfectibilização do acordo. No dia 20 de junho, os contemplados que serão beneficiados com bolsas de estudos no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais

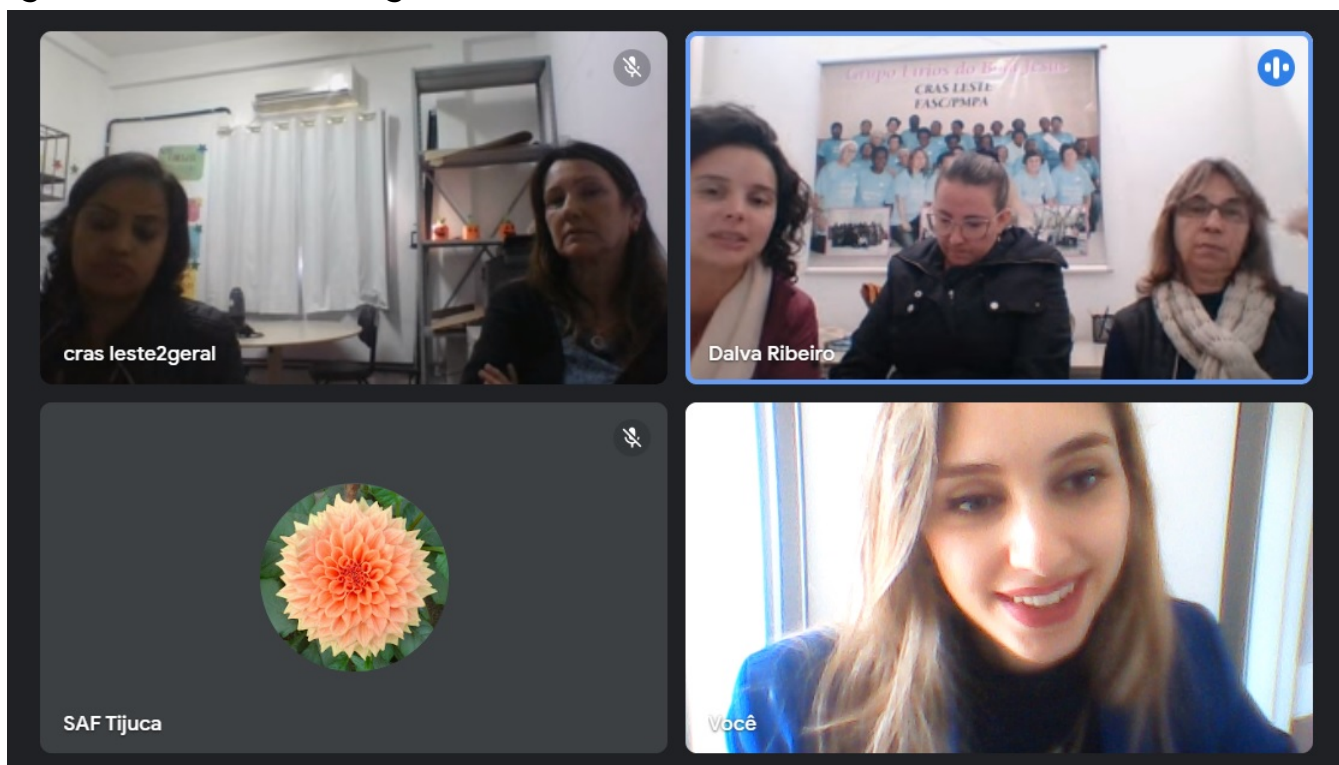
Leia +

NUDEPID

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Palestra para a Rede de Proteção à Pessoa Idosa – CRAS Região Leste

No dia 01/06/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa ministrou palestra para a Rede de Proteção à Pessoa Idosa no Centro de Referência de Assistência Social da Região Leste de Porto Alegre.



Plenária Extraordinária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa

O Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou, no dia 01/06/2023, da Plenária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Reunião do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa

No dia 06/06/2023, foi realizada reunião do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa da Defensoria Pública, na qual as membras planejaram novas atividades para o Núcleo.



Visita ao “Lar das Vovozinhas”

Em 14/06/2023, a dirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa, Mariana Fenalti Salla, realizou visita à instituição de longa permanência para pessoas idosas “Lar das Vovozinhas”, localizada na cidade de Santa Maria/RS.

Mutirão de Atendimentos na cidade de Santa Maria/RS



Nos dias 14 e 15/06/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou do mutirão de atendimentos na cidade de Santa Maria/RS.

Ao todo, 20 defensores públicos e 21 servidores estiveram presentes na praça Saldanha Marinho e na Penitenciária Estadual (PESM) prestando atendimentos a mais de 550 pessoas, esclarecendo dúvidas da população, além de dar apoio na área técnica da ação.

19ª Reunião CEDECONDH – Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Pauta: Violência contra a pessoa idosa – golpes digitais e empréstimos – em alusão ao mês Junho Violeta – Mês de Conscientização Contra a Violência à Pessoa Idosa

No dia 20/06/2023, a Defensoria Pública participou de reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, cuja pauta era “Violência contra a pessoa idosa – golpes digitais e empréstimos”, em alusão ao “junho violeta” (mês de conscientização contra a violência à pessoa idosa). A Defensoria foi representada pelo defensor público Rafael Magagnin.

Palestra no SESC para os grupos Maturidade Ativa e grupos de pessoas idosas do CRAS Leste I e II

No dia 21/06/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa e o Núcleo de Defesa Cível ministraram palestra no SESC para grupos de maturidade ativa e de pessoas idosas do CRAS Leste I e II com a temática “Golpes Financeiros e Superendividamento”.



Reunião da Comissão de Normas do CEI

No dia 22/06/23, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou de reunião da Comissão de Normas do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Reunião Plenária do CEI

O Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou, no dia 22/06/2023, da Plenária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Mutirão de atendimentos no CRAS Leste 1, em Porto Alegre/RS

No dia 29/06/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou do mutirão de atendimentos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Região Leste, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre/RS.

Durante a tarde, servidores e defensores públicos prestaram orientação jurídica, esclareceram dúvidas e encaminharam demandas de dezenas de pessoas.



Oficina da Pessoa Idosa

No dia 30/06/2023, foi realizada mais uma edição da Oficina da Pessoa Idosa, com a participação ativa dos cidadãos e cidadãs atendidos pelos CRAS e CREAS de diversas comarcas do Estado, dos Conselhos Municipais do Idoso e das Secretarias de Desenvolvimento Social, levando a educação em direitos às pessoas idosas e seus familiares em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Projeto de Lei nº 1.930/2023

Acrescenta parágrafo ao art. 52, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o objetivo de garantir ao consumidor idoso a opção de receber gratuitamente os demonstrativos e faturas de cartão de crédito em formato físico e com antecedência mínima de dez dias do respectivo vencimento.

Atualmente, o Projeto de Lei está aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO).

Projeto de Lei nº 3.024/2023

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para determinar a aplicação do procedimento sumaríssimo nos crimes que especifica e para aumentar as penas para os crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição a perigo contra a pessoa idosa.

Atualmente, o Projeto de Lei encontra-se na Mesa Diretora.

Projeto de Lei nº 171/2021

Cria a Creche do Idoso, espaço onde os usuários poderão contar, dentre outros, com serviços de saúde, nutrição, educação física e assistência social.

O Projeto de Lei foi aprovado pela Comissão de Defesa das Pessoas Idosas com alterações, e, atualmente, encontra-se aguardando designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

NOTÍCIAS RECENTES

Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa (15/06)

O Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa foi oficialmente reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2011, após solicitação da Rede Internacional de Prevenção ao Abuso de Idosos (INPEA), que estabeleceu a comemoração em junho de 2006. Representa um dia do ano em que o mundo inteiro manifesta sua oposição aos abusos e sofrimentos infligidos a algumas de nossas gerações mais velhas.

Leia +

Pessoas com mais de 60 anos já representam quase 20% da população gaúcha, diz IBGE

A tendência de envelhecimento do Rio Grande do Sul atingiu novo patamar após a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: características gerais dos domicílios e moradores. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, na última década, o grupo de pessoas com mais de 60 anos avançou 1,5 milhão de habitantes no Estado, em 2012, para atingir a marca de 2,2 milhões no ano passado.

Leia +

Denúncias de abandono de idosos crescem 855% em 2023, aponta Ministério dos Direitos Humanos

Entre janeiro e maio deste ano foram quase 20.000 registros de abandono. No mesmo período de 2022, foram 2.092 casos. Foi o maior aumento registrado pela pasta entre vários outros tipos de violação contra idosos, como negligência, violência psicológica e violência física. Todas as categorias registraram crescimento no número de denúncias.

Leia +

População idosa inadimplente cresce 38% em quatro anos no Rio Grande do Sul

Em abril deste ano, 745.032 pessoas com 60 anos ou mais estavam nesta situação no RS; no mesmo mês de 2019, eram 539.806.

Questões demográficas, mudanças nos padrões de consumo, aumento dos custos com saúde e descontrole no acesso ao crédito diante de assédio estão entre os principais fatores que ajudam a explicar esse salto, segundo especialistas. Em abril deste ano, 745.032 pessoas com 60 anos ou mais estavam inadimplentes no RS. No mesmo mês de 2019, eram 539.806 idosos nessa condição, de acordo com os dados da Serasa.

Leia +

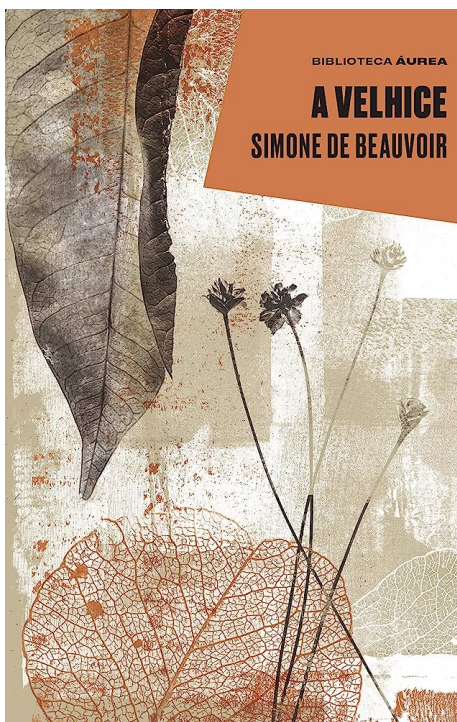
População do Brasil envelhece, mora cada vez mais só e de aluguel, diz IBGE

A população brasileira está ficando cada vez mais idosa, morando cada vez mais sozinha e de aluguel. Essas são algumas conclusões da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, divulgada hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Nos últimos 10 anos, a população foi ficando mais velha, e o percentual de idosos a partir de 60 anos saltou de 11,3% para 15,1%. Ao mesmo tempo, o percentual de pessoas com menos de 30 anos caiu de 49,9% em 2012, para 43,3% em 2022.

Leia +

DICAS CULTURAIS



Livro: A Velhice, de Simone de Beauvoir

“A Velhice” é um livro publicado em 1970 pela filósofa existencialista francesa Simone de Beauvoir. Neste livro, a autora busca o entendimento da percepção dos idosos pela sociedade. Do tratamento que as sociedades primitivas davam aos idosos até conquistas e problemas existentes nas sociedades atuais. A autora propõe uma mudança radical na sociedade, de forma a desmistificar as hipocrisias que cercam a velhice. Uma obra que alcançou repercussão em todo o mundo, levantando questões e soluções para as pessoas idosas.

NUDS

NOTÍCIAS RECENTES

Vacinas bivalentes: 21,3 milhões de doses do imunizante contra a Covid-19 foram aplicadas no Brasil

Mais de 21,3 milhões de pessoas reforçaram a proteção contra a Covid-19 por meio das doses bivalentes da vacina. O balanço se refere aos dados de vacinação informados por estados e municípios até o dia 02.06.2023. Estão aptos a receber o imunizante bivalente todos os brasileiros maiores de 18 anos que tenham completado o ciclo inicial com as duas doses da vacina, respeitando um intervalo mínimo de quatro meses após a última dose. A vacinação é a forma mais segura e eficaz de proteção contra casos graves e óbitos pela doença.

Leia +

Incorporado medicamento inovador para malária ao SUS

O Ministério da Saúde publicou uma portaria que incorpora o medicamento tafenoquina ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em dose única, o tratamento aumenta a adesão dos pacientes e é o novo aliado do Brasil na busca pela eliminação da malária. O texto traz ainda o teste quantitativo da atividade da enzima glicose-6-fosfato desidrogenase (G6PD) como tecnologia auxiliar para confirmação diagnóstica. A tafenoquina será usada nos casos de infecção por Plasmodium vivax, tipo mais comum de malária no Brasil. Segundo dados preliminares de 2022, o país registrou 129,1 mil casos da doença. Cerca de 80% deste total foram infecções por P. vivax. Segundo análise da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), a tafenoquina tem resultados similares aos da primaquina, já utilizada no SUS.

Leia +

Beneficiários do Bolsa Família terão acesso gratuito a todos os medicamentos do Farmácia Popular

Em uma ação inédita, todos os beneficiários do Bolsa Família poderão retirar os 40 medicamentos disponíveis no programa gratuitamente. A iniciativa amplia o acesso à assistência farmacêutica a 55 milhões de brasileiros.

Leia +

Lançada campanha para incentivar doação de sangue

Urgências e emergências, cirurgias de grande porte e tratamento de pessoas com doenças crônicas frequentemente necessitam de transfusão sanguínea. Com a mensagem “Quando você doa sangue ajuda a salvar muitas vidas, doe sangue regularmente”, foi lançado o Dia Mundial do Doador de Sangue, campanha para conscientização sobre a importância da doação. A pasta também alerta que,

nesta época do ano, costuma ocorrer uma baixa nos estoques de sangue, devido à proximidade das férias escolares, festas juninas, além da mudança de estação, com a chegada do inverno.

Leia +

Com a chegada do inverno, doenças respiratórias podem aumentar. SUS tem vacinas disponíveis

Até o momento, quase 47 milhões de doses de vacinas contra a gripe foram aplicadas no Brasil. A imunização é de extrema importância para evitar casos graves em razão da doença. O ideal é buscar o imunizante antes da chegada do inverno, que começa na próxima semana, já que as baixas temperaturas tendem a ampliar doenças respiratórias. O SUS ainda tem vacinas contra a gripe disponíveis, então é importante que cada pessoa confira o calendário da sua cidade. A gripe não é um resfriado comum. Ela pode evoluir para formas mais graves, que podem até mesmo matar. Por isso, é uma doença que requer cuidado. Embora o imunizante esteja disponível para todas as pessoas a partir dos seis meses de idade, a lista de grupos prioritários inclui aquelas mais vulneráveis, como idosos e pessoas imunocomprometidas.

Leia +

Doenças socialmente determinadas: saiba mais sobre as hepatites virais

As hepatites virais são um grave problema de saúde pública. Na maioria dos casos, são assintomáticas. No Brasil, as mais comuns são causadas pelos vírus A, B e C. Existem ainda, com menor frequência, o vírus da hepatite D (mais comum na região Norte do país) e o vírus da hepatite E, que é menos frequente no Brasil, sendo encontrado com maior facilidade na África e na Ásia. As infecções causadas pelos vírus das hepatites B ou C frequentemente se tornam crônicas. A vacina é a principal medida de prevenção da hepatite B, que, entre os anos de 2000 a 2021, registrou mais de 264 mil pessoas diagnosticadas com o vírus no país. Para a hepatite C, o desafio é a testagem de detecção do marcador da doença. Em caso positivo, o tratamento é feito com os chamados antivirais de ação direta durante 12 semanas. A hepatite C é considerada uma epidemia mundial. No Brasil, foram notificados mais de 279 mil casos entre os anos de 2000 a 2021.

Leia +

Boletim Epidemiológico apresenta principais causas da Mortalidade Materna Infantil e Fetal no RS

O Boletim Epidemiológico do Estado do Rio Grande do Sul — Mortalidade Materna Infantil e Fetal — reúne informações sobre as principais causas dos óbitos em 2021, incluindo o perfil sociodemográfico.

Leia +

Rio Grande do Sul amplia acesso a serviços especializados no processo transexualizador

Em 28 de junho, data em que se comemora o Dia do Orgulho LGBTQIA+, foi divulgada a ampliação dos serviços de atenção hospitalar e ambulatorial no processo transexualizador no Rio Grande do Sul.

Leia +

DICA CULTURAL



Série: “Corpo Humano: Nosso mundo interior”

Série documental que registra o funcionamento do corpo humano, os personagens principais são a ciência de ponta e algumas pessoas com relatos impressionantes.

Disponível no Netflix.

NUDEFAM

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

NUDEFAM participa do Mutirão realizado nos dias 14 e 15 de junho em Santa Maria/RS. Dentre os atendimentos realizados na praça da cidade, se aponta o ingresso com demanda objetivando alimentos gravídicos e a decretação de curatela de pessoa internada em estado grave no hospital local.

A Defensoria Pública também foi procurada no local por réu em processo de curatela. Almejava o curatelando, pela primeira vez, informações a respeito do processo, tendo sido a ele esclarecido que a instituição já resguardava seus interesses, exercendo a atividade de curador especial. Diante da vontade manifestada pelo assistido de demonstrar suas plenas condições para o exercício dos atos da vida civil foi requerida a designação de audiência para entrevista do demandado.

NOTÍCIAS RECENTES

Dívida alimentar possibilita bloqueio de cartões de crédito em nome do devedor e apreensão de passaporte

Em processo em trâmite na 8ª Vara de Família do foro central da Comarca de Porto Alegre, após pedido da Defensora Pública Elisa Dias de Castro Stoduto, restou determinado o bloqueio dos cartões de crédito em nome do devedor e apreensão de seu passaporte, até pagamento da dívida alimentar.

Na decisão, de 2 de junho de 2023, a julgadora argumentou que todas as tentativas de localização de bens em nome do executado restaram infrutíferas e que a suspensão da carteira nacional de habilitação não seria viável por não ser o devedor condutor habilitado, o que justificaria a adoção de outras medidas coercitivas como forma de coibir o genitor à satisfação da dívida alimentar.

Viúvo tem recurso especial negado em disputa sobre inclusão do plano previdenciário na herança da esposa

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou um recurso especial de viúvo que buscava evitar a inclusão do plano previdenciário na herança da esposa falecida.

A decisão confirmou o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que havia considerado o plano previdenciário bem passível de partilha entre os herdeiros.

A decisão do tribunal superior é significativa por deixar clara a natureza partilhável do plano previdenciário, minorando inseguranças jurídicas daí decorrentes, vez que inclusive faz menção a valores eventualmente acumulados ao longo dos anos.

Leia +

Superior Tribunal de Justiça decide que prisão civil não é justificada se for ineficaz para fazer o devedor quitar pensão alimentícia

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a prisão civil não deve ser decretada caso se constate que ela não será eficaz a compelir que o devedor quite

o débito alimentar. Na decisão constou que a prisão civil é considerada uma medida excepcional, a ser adotada somente quando outras formas de coerção falharam.

Os ministros avaliaram que a reclusão por débito alimentar não pode ser usada como punição ou vingança, mas sim como instrumento para garantir a subsistência daqueles que dependem dos alimentos.

A decisão do STJ é importante por reforçar a proteção dos direitos dos alimentandos, especialmente em tempos de crise econômica, ao mesmo tempo em que esclarece a necessidade de se avaliar cuidadosamente cada caso, evitando que a prisão civil seja usada de forma indiscriminada e inefetiva.

Leia +

Valor pago pelo avô não deve ser considerado na dívida de alimentos do pai

A necessidade de manutenção da prisão civil de devedor de alimentos constou em decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, argumentando-se no julgado que o valor pago pelo avô do alimentado não elimina/minora a dívida do pai.

Por unanimidade, o colegiado entendeu que o valor subsidiado pelo avô não era solidário, portanto, o decreto de prisão civil do pai não seria revogado. O recurso ordinário em Habeas Corpus objetivava a expedição de contramandado de prisão, sob o argumento de que os valores pagos pelo avô paterno não foram computados no débito alimentar executado, bem como que a titular da pensão alimentícia teria atingido a maioria civil.

Leia +

Avó e companheiro conquistam direito de adotar neta, justificando que a criança possui relação de irmã com genitora biológica

Em decisão prolatada pela Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno, em Rondônia, se considerou que uma mulher tinha direito de adotar sua neta, tendo considerado, dentre outros fundamentos, que a infante possuía relação de irmã com a genitora biológica.

A adoção foi possibilitada no intuito de que se regularizasse uma situação fática há anos verificada, justificando-se que os adotantes teriam prestado por toda a vida da criança toda a assistência necessária ao seu adequado desenvolvimento.

Leia +

Tribunal de Justiça do Tocantins nega pedido de liberdade de ex-marido executado por dívida alimentar

Devedor de alimentos à ex-cônjuge teve seu pedido de habeas corpus negado pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. No remédio constitucional alegou o alimentante não ter condições financeiras para pagar pensão alimentícia à sua ex-esposa e que por isso a prisão civil não seria adequada.

De acordo com o relator, embora tenha sido constatado pagamento parcial da pensão, o débito restante torna o devedor sujeito à prisão civil. Ainda, constou na decisão que o *habeas corpus* não é meio apropriado para determinar a capacidade financeira do devedor ou as necessidades do alimentando, uma vez que não há possibilidade de avaliação de provas no procedimento.

Leia +

Justiça do Rio de Janeiro condena mulher a prestar contas de gastos com pensão alimentícia

A 18ª Vara de Família do Rio de Janeiro determinou que mulher prestasse contas da pensão alimentícia recebida em benefício de duas crianças, mesmo diante do caráter de irrepetibilidade dos alimentos.

A situação judicializada era peculiar em razão de que se demonstrou que os infantes utilizavam roupas rasgadas e provenientes de doações, em que pese o valor dos alimentos possibilitasse aquisição de vestuário em melhores condições.

Leia +

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Projeto de lei objetivando o fomento de práticas organizacionais em prol da família

Projeto de Lei 830/2023, em trâmite na Câmara dos Deputados dispõe sobre a criação de selo “Empresa Amiga da Família”, objetivando fomentar práticas organizacionais em prol da família.

O projeto é de autoria da Deputada Federal Clarissa Tércio (PP-PE), está aguardando parecer na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), tem como relator o Deputado Federal Pastor Eurico (PL-PE) e estabelece benefícios e serviços a empresas que, dentre outras condutas, adotem licença maternidade e paternidade superiores ao prazo legal, tenham sala de aleitamento materno e incentivem a realização de pré-natal a funcionárias gestantes.

CCJ aprova perda da herança após sentença definitiva contra herdeiro indigno

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou Projeto de Lei nº 7806/10, do Senado, que estabelece a possibilidade de herdeiros indignos perderem a sua parte na herança automaticamente após sentença definitiva que comprove sua indignidade.

Já aprovada pelo Senado, a proposta segue para sanção presidencial e ocasionará mudança no código civil.

Leia +

DICA CULTURAL



Minhas Mães e Meu Pai (*The Kids Are All Right*)

2010, 1h 44min, Comédia Dramática

Direção: Lisa Cholodenko

Em um casamento que já dura mais de duas décadas, Jules e Nic são mães de dois adolescentes que foram concebidos por intermédio de inseminação artificial. Sem a permissão de suas mães, os jovens tomam a iniciativa de procurar seu pai biológico.

NUDEM

CALENDÁRIO - DIAS IMPORTANTES NA LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

JULHO

- 22 de julho – Dia Estadual do Combate ao Femicídio.
- 25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

ATUAÇÃO DO NÚCLEO



A Defensoria Pública do Estado (DPE/RS) e o SEG Sistema de Ensino Gaúcho firmaram Termo de Cooperação denominado Projeto Recomeçar, que tem como objetivo oportunizar a retomada da autonomia econômica e social às mulheres vitimadas – segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança do RS, de janeiro até o momento, quase 20 mil mulheres já sofreram algum tipo de violência.

Leia +



As defensoras públicas Luciana Artus Schneider, Subdirigente do Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM – DPE/RS) e integrante da Comissão dos Direitos da Mulher do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), e Juliana Dewes Abdel, representando a Comissão da Mulher da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep), estiveram presentes no I Fórum Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (FONADEM).

Leia +

NOVIDADES LEGISLATIVAS

- Aprovada proposta de lei que inclui situações de violência doméstica, física, sexual ou psicológica, além de ameaça à vida, entre os critérios para recebimento do benefício eventual previsto na Lei Orgânica da Assistência Social ([Lei 8.742/93](#)). O texto altera, na lei, a definição de “vulnerabilidade temporária.
- Sancionada a Lei nº 14.611/23 que prevê a igualdade salarial entre homens e mulheres.
- Aprovado o PL nº 131/23 que estabelece internação compulsória para acusados de violência doméstica em clínicas de tratamento psicossocial no Distrito Federal.
- Sancionada a Lei nº 14.612/23, que insere punições pela prática de assédio sexual, moral e discriminação no âmbito do Estatuto da Advocacia.
- Alterada a Lei nº 14.597/23 (Lei Geral do Esporte), para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem.

NOTÍCIAS RECENTES

I FONADEM – Fórum Nacional das Defensorias Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Foi realizado nos dias 1 e 2 de junho, o I Fórum Nacional das Defensorias Públicas para a promoção e defesa dos direitos das mulheres (FONADEM), no auditório Conselho Regional de Contabilidade (CRC/MT). O evento teve por objetivo debater a atuação da Defensoria Pública na defesa das mulheres que necessitam de acesso à justiça para a garantia dos seus direitos.

Leia +

Ministério das Mulheres e Ministério da Justiça e Segurança Pública assinam acordo para construção das Casas da Mulher Brasileira.

Leia +

Ministério das Mulheres e Ministério da Justiça e Segurança Pública assinam acordo para construção das Casas da Mulher Brasileira.

Leia +

Mais de 80% dos brasileiros têm preconceito contra mulheres, diz ONU.

Leia +

Deep nude: aplicativos que usam a inteligência artificial para remover a roupa da foto de determinada pessoa, ou mesmo de alterar a imagem de um vídeo de sexo, trocando a imagem da pessoa do vídeo por outra enviada ao app, por exemplo, podem ser mais um risco para as mulheres.

Leia +

JURISPRUDÊNCIA

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AMEAÇA NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LEI MARIA DA PENHA. APLICAÇÃO ISOLADA DA PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 17 DA LEI N. 11.340/2006. EXEGESE. INTENÇÃO CLARA DO LEGISLADOR EM MAXIMIZAR A FUNÇÃO DE PREVENÇÃO GERAL DAS PENAS DECORRENTES DE CRIMES PERPETRADOS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. INTREPRETAÇÃO QUE IMPLICA A COMPREENSÃO DE QUE A VEDAÇÃO ABRANGE TAMBÉM A HIPÓTESE EM QUE A MULTA É PREVISTA COMO PENA AUTÔNOMA NO PRECEITO SECUNDÁRIO DO TIPO PENAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. (REsp 2049327/RJ, RECURSO ESPECIAL 2023/0021528-6).

Leia +

ADMINISTRATIVO. REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. LESÕES DECORRENTES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ATO OMISSIVO CONFIGURADO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO. RECURSO PROVIDO. SEGURANÇA CONCEDIDA. (RMS 68210/GO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2022/0011015-9).

Leia +

DICA CULTURAL

As vidas de Glória (filme)

A trajetória da influente Glória Steinem, dos tempos de jovem indiana à fundação da revista Ms., em Nova Iorque. Ela se tornou uma figura essencial na luta pelos direitos das mulheres.

Boletim Informativo dos Núcleos

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
